



CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA DEMOCRACIA CRISTÃ

Marco Antônio Felício da Silva

Este artigo do Ten Cel Felício da Silva focaliza os principais aspectos da Democracia Cristã, sua crise contemporânea e suas perspectivas futuras, já que as enormes mudanças no panorama mundial exigiram reformulações em seu ideário. Correndo livre está a teologia da libertação que possui alguns fundamentos semelhantes, à Democracia Cristã, porém dela divergente em importantes aspectos essenciais, especialmente quanto aos métodos de ação.

INTRODUÇÃO

O surgimento do liberalismo político, nos países católicos, após a revolução francesa, fundamentalmente contrário ao absolutismo, iria trazer graves problemas à Igreja, principalmente por que esta se encontrava ligada às monarquias tradicionais, contribuindo para o fortalecimento do poder absolutista, dando-lhe um caráter divino. Por isso mesmo, o liberalismo ganhou um

sentimento anticatólico no seio dos "burgueses" e, entre grande parte da aristocracia que, não compreendiam uma democratização do poder e da sociedade sem que se lutasse contra a Igreja e o clericalismo imperante na ocasião.

Simultaneamente, a massa proletária, vivendo em condições subumanas — fruto da revolução industrial —, foi rapidamente influenciada por um socialismo ateu, tornando-se um novo fator no enfraquecimento da presença cristã

na sociedade, pois se colocou indiferentemente ou em oposição à Igreja, que ignorou sua situação.

Paulatinamente, no interior da Igreja, se constituíram duas correntes de opinião. A primeira formada por cristãos que nos planos político e social, desejavam opor-se aos liberais e socialistas anticlericais, em relação aos quais a atitude eminentemente religiosa se situava entre a indiferença e a perseguição. A segunda, constituída por cristãos que tinham intenção de encontrar respostas para as novas questões oriundas do advento da Democracia Política e do Desenvolvimento Industrial. Nasceram, assim, respectivamente, o catolicismo liberal, que procurava reconciliar a Igreja com o liberalismo político, e o catolicismo social, que visava chegar a uma solução cristã para os problemas sociais.

A democracia cristã surge como uma síntese das inquietudes do catolicismo social e do catolicismo liberal, partilhando com estas correntes da necessidade de chegar a uma resposta cristã aos problemas contemporâneos, segundo princípios democráticos políticos, sociais e econômicos.

No decorrer do desenvolvimento do nosso trabalho, abordaremos a democracia cristã apresentando um quadro conceitual, seus fundamentos básicos, suas características ideológicas principais, a crise por que passa, alguns aspectos históricos — necessários a melhor compreensão — e, finalmente, uma avaliação atual da ideologia com relação ao contexto

político, econômico e social em que vivemos.

CONCEITUAÇÃO, FUNDAMENTOS E TEMAS DA DEMOCRACIA CRISTÃ

A democracia cristã é a manifestação da presença de uma política de inspiração cristã no seio da sociedade moderna. Ela não se confunde com uma política comum de crenças, pois estes estão presentes em todas as outras formações políticas, havendo sempre um pluralismo político muito grande entre os cristãos. Em definitivo, a democracia cristã representa um movimento político e cultural, ideologicamente cristão e democrático, autônomo em relação à organização eclesiástica, mas tendo como suporte o apoio de grandes frações de população cristã, quer seja católica quer seja protestante. Tem como objetivo primordial promover uma política de acordo com a mensagem cristã, entendendo o homem feito à semelhança de Deus, com comportamento dependente não apenas da razão, mas sobretudo da consciência.

A elaboração progressiva de uma doutrina democrata-cristã se fez a partir de fontes diversas. Entretanto, ela não se apresenta de maneira definitiva, segundo um sistema de doutrina completo. Esta característica pode alterar a coerência da doutrina, mas evita o dogmatismo, próprio do pensamento religioso, e facilita as evoluções necessárias a sua atualização.

Duas fontes podem ser destacadas, ressaltando-se a de origem católica: as doutrinas das Igrejas e o pensamento cristão.

— As Sagradas Escrituras

A Bíblia, especialmente o Novo Testamento, constitui uma fonte de referência para o pensamento democrata-cristão, na medida em que se considera que uma visão cristã do homem e da sociedade é essencial. São básicas as considerações de respeito devido aos homens, filhos de Deus, a obrigação cristã de lutar pela verdade e pela justiça e a de amar amigos e inimigos. Por outro lado, nas escrituras também se encontra o fundamento da autonomia da Igreja em relação ao Estado.

— Os documentos eclesiásticos

Nestes reside a supremacia do pensamento católico na formação do pensamento democrata-cristão, em matéria cívico-política e socio-econômica, desde Leão XIII.

Nas encíclicas aparece, por diversas vezes, a expressão democracia cristã para traduzir o regime de paz, respeito à dignidade da pessoa humana e promoção da justiça social.

Ao final do século XIX, com a decadência das monarquias e o surgimento das repúblicas liberais e laicas, os católicos foram obrigados a ajustar-se aos novos tempos, ferindo, por vezes, princípios religiosos, gerando problemas de consciência. Através das encíclicas, Leão XIII facilitou tal ajustamento, firmando princípios, mas atento às circunstâncias vigentes à

época. Na encíclica *Diuturnum Illud*, de Jun/1881, declarou que o poder político tem uma origem divina e que, portanto, deve ser acatado; na *Immortale Dei*, de Nov/1885, acerca da constituição cristã dos Estados, afirmou que as formas de governo são indiferentes, contanto que sejam legítimas e promovam o bem comum. O Estado e a Igreja, como sociedades perfeitas, cada um em sua esfera de ação, devem harmonizar-se. Em 18 Jun/1901, na *Graves de Communi*, acerca da democracia cristã, assinalou as características da autêntica democracia e animou os católicos a promovê-la e defendê-la.

A I Guerra Mundial e os anos subsequentes trouxeram novos problemas sociopolíticos e econômicos.

Pio XI, com a encíclica *Divini Redemptoris*, de março de 1937, condenou o comunismo e mostrou a doutrina social da Igreja como a melhor solução. Na *Non Abbiamo Bisogno*, de junho de 1931, fez ver os excessos do fascismo italiano e exortou os católicos a manterem suas organizações apostólicas; na *Mit Brennen der Sorge*, de 17 de março de 1937, condenou o nazismo, animando os católicos a oporem-se a ele. Na *Quadragesimo Anno*, de 15 de maio de 1931, legitimou o programa de restauração social defendido pelos democrata-cristãos.

Na década de 60, as encíclicas de João XXIII, *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), bem como a *Populorum Progressio* (1967), de Paulo VI, le-

varam à atualização do pensamento cristão.

João XXIII condenou o capitalismo, acumulador de riquezas para poucos em detrimento de muitos, e o totalitarismo comunista. Sustentou que a economia é função da iniciativa privada, sendo necessária a intervenção do Estado fundamentada no princípio da *subsidiariedade* (ajuda e complementação), evitando a coação do poder público ou os abusos dos particulares. Destacou a necessidade da busca e da primazia do bem comum. Assinalou que as estruturas econômicas devem adaptar-se à dignidade humana. A propriedade privada é conservada como um direito natural, porém anexada a uma função social.

Na *Pacem in Terris*, João XXIII sintetizou a doutrina católica sobre o Homem, a Sociedade e o Estado, destacando os quatro pilares básicos: Deus, a Dignidade Humana, o Direito Natural e o Bem Comum. Sobre as relações entre os poderes públicos e o cidadão, enfatizou que a autoridade é necessária em toda sociedade e que sua origem deriva de Deus. Somente assim há dignidade na obediência. O bem comum é a razão de ser da autoridade.

O Pensamento Cristão

Como fonte do pensamento democrata-cristão não poderiam deixar de constar a filosofia cristã e os pensadores cristãos nos campos político e social, destacando-se a filosofia tomista.

A partir destas diferentes fontes é que podemos enunciar os

principais temas da democracia cristã:

— O cristianismo como fonte de ação política;

Esta é a diferença fundamental entre um partido democrata-cristão e qualquer outro tipo de formação política, quer seja liberal, socialista ou conservadora. É a inspiração cristã bem como o conjunto de valores inerentes ao cristianismo que dão curso à ação política, justificativa para a existência do partido, concretizador da ideologia.

— A procura de um modelo social alternativo.

A democracia cristã diverge dos modelos sociais predominantes no mundo de hoje, basicamente centrados no capitalismo ou no socialismo. Ela propugna por um modelo social, verdadeiramente democrático, no qual a natureza social do homem seja a origem e fonte do poder público e o fim para o qual se estabelecem as instituições. Busca uma comunidade organizada, onde o bem comum seja o princípio de sua justificação; um modelo social no qual haja equilíbrio entre as liberdades legítimas dos homens e as exigências da ordem, da verdade e da justiça.

Por isso mesmo, a democracia cristã, doutrinariamente, recusa o modelo social capitalista e o socialista, pois, ambos, por mais paradoxal que seja, se estribam no racionalismo e, primordialmente, no racionalismo econômico, o qual não leva em conta todos os aspectos do homem, preconizados pelo pensamento cristão, não

admitindo, este último, o homem abstrato e o materialismo ateu.

CARACTERIZAÇÃO FISIOLÓGICA, POLÍTICA E ECONÔMICA DA DEMOCRACIA CRISTÃ

As ideologias contemporâneas vêm sofrendo um processo contínuo de modificação, procurando ajustar-se à evolução natural do homem e às suas crescentes necessidades, inclusive às de bem-estar social. Assim, os principais tipos de ideologia, de maneira geral, já não apresentam grandes diferenças, nos seus núcleos filosóficos e políticos respectivos, no que tange as metas estabelecidas, partindo, porém, de conceituações completamente diversas.

Os núcleos econômicos mostram divergências de profundidade não só quanto à conceituação básica, como também nos objetivos preconizados.

O Núcleo Filosófico

O núcleo moral da democracia cristã, como no liberalismo, contém uma afirmação de valores e direitos fundamentais inerentes ao ser humano. Liberdade, dignidade e vida são elementos essenciais, porém segundo uma visão cristã que não se baseia apenas no racional, mas também na consciência. Deus é o princípio e fim de todas as coisas, e o homem é feito à sua semelhança.

O homem tem uma personalidade natural e uma dignidade so-

brenatural e é dotado de deveres e de direitos.

As liberdades pessoal, civil e social estão, implicitamente, configuradas nos direitos naturais do homem, quais sejam:

- à existência;
- a um nível de vida digno e aos serviços que este exige;
- à busca da verdade;
- à livre expressão das idéias e de informação;
- à cultura e ao ensino;
- a render culto a Deus;
- ao sustento da família e à educação dos filhos;
- à livre iniciativa no econômico;
- ao trabalho;
- ao salário justo;
- à propriedade privada;
- à livre associação;
- à participação ativa na vida pública;
- à defesa jurídica de todos os seus direitos.

O Núcleo Político

A democracia cristã consagra a democracia política. Representação e governo representativo, constitucionalismo e sufrágio universal são características do seu núcleo político. Entretanto, a sua grande diferença com relação às demais ideologias é que toda autoridade, essencial à sociedade, tem a sua origem derivada de Deus. Consiste na faculdade de mandar segundo a razão. É, antes de mais nada, uma força moral. A legislação não deve afastar-se da ordem moral em que a autoridade se baseia.

O bem comum é a razão de ser da autoridade e todos os cidadãos dele devem desfrutar. O Estado deve garantir a participação efetiva dos cidadãos.

A distinção e o entrelaçamento de uma ordem natural e sobrenatural do homem é que determinam a distinção entre o poder político e o poder religioso e que regulam as relações entre Igreja e Estado.

O princípio da divisão de poderes, prevista na constituição, é também encarado como uma garantia de limitação do poder da maioria e do Estado, protegendo o cidadão.

A ordenação jurídica do Estado é o elemento primacial para atingir-se o bem comum.

O Núcleo Econômico

O equilíbrio do pensamento cristão se apóia em duas afirmações antinômicas:

— A pessoa é anterior à sociedade.

— O bem comum é superior aos bens particulares.

A primeira afirmação significa que a sociedade tem por fim as pessoas e não o universo. Do momento em que ela aparece como realidade institucional, passa, inteiramente, a serviço da defesa e da promoção das pessoas agrupadas, isto é, do bem comum. A sociedade global, desde que se institucionalize num estado, não deve desempenhar nenhuma função especial, pois tem, unicamente, o papel genérico de assegurar o bem comum. Na medida em que o Estado se desliga das tarefas particu-

lares, melhor pode cumprir sua função genérica. Isto não quer dizer, entretanto, que os indivíduos sejam dispensados da responsabilidade pelo bem comum.

O Estado não deve competir com as pessoas, não deve absorver suas funções, nem intrometer-se em seus interesses. Ao constituírem um Estado, as pessoas livres não criaram, para si, um competidor onipotente que as esmague, mas um poder que lhes sirva, ajudando-as a realizar sua existência social, a fim de que possam alcançar a liberdade através do exercício de funções e de responsabilidade (princípio da subsidiariedade).

Assim, a democracia cristã sustenta que a economia é objeto, sobretudo, da iniciativa privada, sendo, porém, necessária a intervenção do poder público com base no princípio da subsidiariedade. Esta intervenção tem que ser de tal monta, que não constanja a expansão da livre iniciativa, pois, se esta falta, instala-se a absorção tirânica do Estado e, se falta a primeira, sobrevêm os abusos dos particulares.

Preconiza a socialização, que nada tem a ver com o socialismo ou coletivismo, significando apenas a primazia do bem comum, isto é, o bem das pessoas reunidas.

O tema da propriedade privada conserva todo o seu vigor naturalista, pois sendo o homem anterior à sociedade, a propriedade privada é direito que não deriva da vontade coletiva. Entretanto, o tema adquire novos matizes. Admite-se a proeminência do trabalho

sobre a propriedade e destaca-se a função social que a mesma deve ter, consentaneamente com o sentido cristão do uso dos bens privados.

O desenvolvimento econômico deve ser simultâneo com o progresso social. O trabalhador deve ter maior participação nas decisões e na propriedade das empresas, bem como liberdade de associação.

As estruturas econômicas devem ser adequadas à dignidade humana, e a justiça social, um fim a ser perseguido (abolição das disparidades e crescimento econômico).

A CRISE CONTEMPORÂNEA DA DEMOCRACIA CRISTÃ

Com a evolução do mundo moderno, a crise se abateu sobre a democracia cristã. Seus partidos parecem não saber responder às necessidades das sociedades secularizadas. No interior das Igrejas, fortes correntes de opinião apontam os partidos democrata-cristãos como inúteis à religião ou mesmo como um obstáculo a uma presença autêntica do cristianismo no mundo.

Essas correntes tradicionais afirmam que os cristãos têm um legítimo direito ao pluralismo político. A utilização do nome "cristão", na política, perdeu o sentido, pois se encontram cristãos em todos os partidos.

Por outro lado, os partidos cristãos não podem comprometer a Igreja com ações políticas e ati-

tudes que são inadmissíveis, ou mesmo duvidosas, segundo uma visão cristã. E é difícil limitar os partidos a métodos puramente evangélicos se eles desejam chegar ou conservar o poder; o contraste entre o ideal evangélico e a prática política torna inviável um partido cristão.

Os partidos democratas cristãos enfrentam, também, a cerrada oposição que lhes faz a esquerda católica, que os acusa de defender interesses "burgueses" e "contrários à revolução e ao socialismo", "a verdadeira solução cristã".

Outra crítica à democracia cristã é que ela se fundamenta sobre inspiração cristã, assentada, em grande parte, numa doutrina social da Igreja, que propõe, a partir das encíclicas, um novo modelo social, o que hoje não mais se situa em um plano político. Atualmente, a doutrina social da Igreja não pode ser encarada como um programa de reformas que entra em competição com as propostas de outras ideologias. Ela é apenas um quadro geral que deve nortear a ação de todos os cristãos, independentemente de sua facção política.

A DEMOCRACIA CRISTÃ NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA — RETROSPECTIVA, VISÃO ATUAL E PERSPECTIVAS

Na Europa — Retrospectiva

A França é o berço da democracia cristã. Os pensadores que mais influências tiveram sobre a

democracia cristã foram franceses, e tais influências se estenderam a toda Europa e América Latina. Em 1896, é também na França que surge o primeiro partido chamado democrata-cristão.

A democracia cristã se espalha pela Europa, isolando-se na Alemanha, Suíça, Bélgica, Itália, Áustria, Espanha, Polônia, Hungria e Holanda, com maior ou menor expressão, dependendo do contexto sociopolítico e cultural de cada país.

De maneira geral, até a II Grande Guerra, podem ser distinguidas três importantes funções dos partidos democrata-cristãos no sistema político europeu:

— Representação das massas católicas e protestantes;

Como partidos de integração das massas católicas e protestantes, concorrem para uma autêntica democratização do sistema político, possibilitando a participação de elementos populares excluídos pelo "liberalismo burguês" e anticlerical.

— Contribuição para o funcionamento do sistema católico;

Apesar da falta de clarividência em face do nazismo de Hitler e do fascismo de Mussolini, a democracia cristã representou sempre uma alternativa moderada diante dos extremismos.

— Atenuação dos conflitos religiosos e sociais;

A aliança temporária, em determinadas ocasiões, dos democratas cristãos com os liberais e com os socialistas, serviu para atenuar o sentimento anti-religioso e anticlerical dos dois últimos citados,

bem como favoreceu a conquista de reformas sociais.

Visão Atual — Perspectivas

Durante a II Guerra Mundial, os democrata-cristãos participaram, ativamente, da resistência ao nazismo e ao fascismo, e seus líderes, principalmente na França, Itália e Alemanha, foram figuras das mais destacadas.

Este fato, aliado à descrença nos partidos que haviam colaborado com o totalitarismo e à expansão do comunismo, permitiu que a democracia cristã ressurgisse, após a guerra, extremamente forte, tendo assim permanecido até cerca do ano de 1960, pois:

— oferecia um símbolo básico — a religião;

— era conhecida pelo povo;

— constituía um repositório de valores tradicionais e não desacreditados.

Os democrata-cristãos formam, ainda, apesar do declínio acentuado de sua influência, o segundo maior grupo político europeu atual.

Tipicamente, os partidos democrata-cristãos europeus caracterizam, de maneira geral, sua ação por:

— Uma base católica de pensamento político e de apoio eleitoral;

— A defesa de uma política econômica que defende o mecanismo do mercado, permitindo uma intervenção complementar do Estado;

— Um firme compromisso com a justiça social.

Pode-se atribuir o declínio de influência da democracia cristã à diminuição da importância da religião e à redução do crescimento econômico que solapa a possibilidade de conciliar a prosperidade crescente com medidas de proteção aos não privilegiados, base da justiça social.

A religião deixou de ser garantia de apoio das classes assalariadas, atraídas pelo socialismo.

Está evidente que a preocupação política e econômica, na busca das satisfações de um homem, cada vez mais materialista, sobrepõe os interesses religiosos dos eleitores.

As perspectivas que se abrem, na atualidade, para a democracia cristã são as de mudanças na sua ação econômica e social, adaptando-se às circunstâncias, ou a perda gradativa de sua força política já desgastada, fixando-se em seus princípios vigentes.

Na América Latina — Retrospectiva

Até o terceiro decênio do século XX, o catolicismo político latino-americano apoiou partidos conservadores ou governos militares na luta contra os liberais, positivistas e anticlericais. As massas católicas não tinham expressão política.

Apesar do primeiro partido democrata-cristão latino-americano ter nascido no Uruguai, em 1912, somente a partir de 1930, com o advento da industrialização, do direito ao voto e com a evolução do pensamento religioso, é que a democracia cristã começa a se con-

cretizar através de partidos políticos.

Em 1938, surge um partido no Chile, em 1964, na Venezuela, em 1947, no Brasil e, em 1954 na Argentina.

Outros partidos se instalaram no Peru, na Nicarágua, na Colômbia, no Panamá, no Paraguai, na República Dominicana, no Equador, no México, no Haiti e em Cuba.

Na década de 60, a democracia cristã aparece como uma alternativa viável entre os partidos conservadores e a revolução marxista.

No Chile (1964) e na Venezuela (1958), a democracia cristã chega ao poder. No Chile, graças a sua liderança e ao apoio decidido da Igreja, engajada socialmente e sustentando vários movimentos católicos laicos. A experiência chilena, no entanto, malsucedida, principalmente no campo econômico, levou à divisão do partido por influências marxistas, com a consequente perda do poder e enfraquecimento do prestígio político.

Situação Atual — Perspectivas

Apesar de presente em vários países da América Latina, a democracia cristã é uma corrente política relativamente fraca na região. Sua quase absoluta ausência no Brasil, Argentina e México, as três mais importantes e populosas nações do continente, reforça a afirmação anterior.

Entretanto, com o advento da "Teologia da Libertação" e o engajamento crescente de parcela da Igreja Católica e de inúmeras denominações protestantes no so-

cial e político, com marcantes influências marxistas, levando a distorções da doutrina social católica, uma das bases do pensamento democrata-cristão, não será impossível o surgimento de uma nova democracia cristã no continente, totalmente diferente e controlada pela esquerda católica. Este surgimento será extremamente facilitado pela ação desenvolvida com base na chamada "ação pastoral libertadora", verdadeiro "trabalho de massa", propiciando a conscientização política e organização das populações, principalmente das maiorias carentes; facilitado pela falta de movimentos políticos tradicionais e confiáveis; facilitado pela existência de lideranças "progressistas" católicas capazes e facilitado, ainda, pelo contexto sócio-econômico, quase caótico, da América Latina.

CONCLUSÃO

Sem dúvida, a democracia cristã, ideologicamente, é um conjunto — de valores, idéias e crenças — através do qual percebemos o mundo exterior segundo uma visão cristã.

Como ideologia, e por isso mesmo voltada para a ação, fundamenta-se, principalmente, na doutrina social da Igreja católica. Entretanto está livre do dogmatismo religioso, permitindo possíveis transformações, visando a sua adaptação a novas circunstâncias.

As suas características — filosóficas, políticas e econômicas — estão relacionadas diretamente

com princípios defendidos pelo cristianismo. Assim, sua temática básica compõe-se da busca de um modelo social, no qual o objetivo primeiro é o desenvolvimento econômico com o simultâneo atendimento das necessidades dos mais carentes, diminuindo as desigualdades existentes.

A justiça social deve-se realizar mediante ação política que privilegie os direitos naturais do homem e faça com que o Estado complemente a iniciativa privada. A intervenção do Estado é restrita, de forma que ele não pode competir ou absorver a iniciativa privada, porém não tão restrita que possibilite aos particulares abusos indesejáveis.

A autoridade é aceita como tendo sua origem derivada de Deus e sua aplicação deve ser voltada para o bem comum.

Desde o seu surgimento, a ideologia da democracia cristã, a despeito de contar com o apoio de expressiva elite de pensadores, ao passar da teoria para a prática, não tem, à exceção de curtos períodos, cumprido com sucesso as suas funções sociais, entre as quais a de efetiva mobilização popular.

Como consequência, não atingiu na América Latina a expressão desejada e na Europa encontra-se em declínio acentuado, ainda mais que há uma flagrante debilitação do sentimento religioso popular a par da crescente busca de satisfações materiais.

Como todas as ideologias, que passam hoje por um processo de reavaliação histórica, em busca de novos valores que possam motivar

comportamentos correspondentes, concretizando os interesses e emoções dos homens e das sociedades atuais, também a democracia cristã, como ideologia aberta, necessita atualizar-se para não sucumbir. E a experiência mostra esta possibilidade, pois a democracia cristã, na Alemanha ainda recentemente, na Itália e na França, bem como em outros países, revendo valores, momentaneamente, já se aliou a facções políticas, das mais diferentes ideologias, na consecução de objetivos diversos.

Na América Latina, não é de todo impossível que a democracia cristã seja reestruturada em seus fundamentos e empolgada pela esquerda católica, adepta da teologia da libertação e do instrumento teórico marxista.

A grande realidade é que, em face de incontestáveis dificuldades, os partidos democrata-cristãos já ensaiam reagir, atualizando a ideologia, revendo programas e a sua própria organização. Eles procuram encontrar novos fundamentos para sua ação e para dar a sua existência um sentido e uma justificação mais adequados à evolução

da humanidade ao final do século XX.

BIBLIOGRAFIA

1. BIGO, Pierre. *A Doutrina Social na Igreja*, Edições Loyola, 1969.
2. BRECHT, Arnold. *Teoria Política*, Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
3. CARDONEL, Jean & POIRIER, Michael. *Socialismo e Cristianismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
4. FOGARTY, Michael P. *História e Ideologia de la Democracia Cristiana*. Madri, Tecnos, 1964.
5. GODECHOT, Thierry. *Le Parti Démocrate-Chrétien Italien. s. I.*, Libraire Générale de Droit, 1964.
6. HUXLEY, Aldous. *Sobre a Democracia e outros Estudos*. Lisboa, Livros do Brasil, 1927.
7. LADUSÃNS, Stanilaus. *Originalidade Cristã da Filosofia*. Rio de Janeiro, Presença, 1984.
8. LETAMENDIA, Pierre. *La Démocratie Chrétienne*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
9. LINDSAY, A. D. *O Estado Democrático Moderno*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
10. MACRIDIS, Roy C. *Ideologias Políticas Contemporâneas*. Brasília, Ed. UnB, 1982.
11. TENNESSEE, Williams. *Latin American Christian Democratic Parties, s. I.*, The University of Tennessee Press, 1969.
12. THE ECONOMIST (Londres). *Os Ismos da Política. Democracia Cristã na Europa (School Briefs)*. Brasília, Ed. UnB, s.d. (Documentação e Atualidade Política).
13. VAUSSARD, Maurice. *Histoire de la Démocratie Chrétienne*. Bordeaux, Éditions du Seuil, 1956.



Cel. Art QEMA Marco Antonio Felício da Silva – Aspirante-a-Oficial de 1961, tendo os cursos da AMAN, EsAO, ECEME e o de Informações do Campo Externo/EsNI. Serviu em várias Organizações Militares, exercendo todas as funções inerentes ao Corpo de Tropa. Entre outras funções, foi instrutor do NPOR/JF/1º/4º/RO 105, na década de 60, e na AMAN/C Art, nos períodos de 70/71 e 73/74, e serviu no Gabinete do Ministro/CIE, no período de 1982 a 1984. Serve, atualmente, no Estado-Maior do Exército, na Seção de Estudos e Exames Estratégicos. Tem o curso de Administração de Empresa e Pós-Graduação em Ciência Política. Constam do seu currículo trabalhos referentes à Estratégia e à Política.